

UM OLHAR PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ACESSIBILIDADE NOS DIFERENTES SEGMENTOS EDUCACIONAIS E SETORES DA SOCIEDADE CIVIL

Luís Carlos dos Santos¹
Cristiano Maciano de Souza²
Valdenira Carlos da Silva³
Pedro Herlleysen Gonçalves Cardoso⁴

RESUMO

Este artigo propõe uma análise das políticas educacionais de acessibilidade adotadas nos diferentes segmentos educacionais e setores da sociedade civil, com o objetivo de promover a inclusão de pessoas com deficiências (PCD). Foram abordados os avanços, desafios e lacunas presentes nessas políticas, assim como o papel dos diversos atores sociais na sua implementação. As políticas educacionais de acessibilidade emergiram como uma prioridade nos vários segmentos educacionais e na sociedade civil, com o propósito de garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos, independentemente de suas habilidades físicas, sensoriais ou cognitivas. Tais políticas englobaram desde a educação básica até o ensino superior, sendo cruciais para assegurar o pleno exercício do direito à educação para

1 Me. em Economia Rural - Universidade Federal do Ceará (UFC), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Especialista em Gestão Pública e Gestão de Pessoas - Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), Estudante de Serviço Social - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), karloskaka@hotmail.com

2 Estudante do Curso de Tecnologia em Gestão Pública - Faculdade de Tecnologia e Ciências do Norte do Paraná (Unifatecie), cristianomarcianosouza@gmail.com

3 Ma. em Desenvolvimento Regional Sustentável - Universidade Federal do Cariri (UFCA), valdeniraa.carlos88@gmail.com

4 Dr. em Economia Rural - Universidade Federal do Ceará (UFC), Me. em Recursos Hídricos e Saneamento - Universidade Federal de Alagoas (UFAL), pedroherlleysen@yahoo.com.br

todos os cidadãos. No entanto, apesar dos avanços significativos observados, ainda persistiram desafios a serem enfrentados. Um dos principais obstáculos residiu na efetiva implementação dessas políticas, especialmente no que diz respeito à disponibilidade de recursos financeiros e materiais, à formação adequada de professores e profissionais da educação, e à adaptação de infraestruturas físicas e tecnológicas. Além disso, houve lacunas a serem preenchidas no que se refere à conscientização e sensibilização da sociedade em geral sobre a importância da inclusão e da valorização da diversidade. Foi fundamental que houvesse um engajamento ativo dos diversos atores sociais, incluindo governos, instituições educacionais, organizações da sociedade civil, famílias e comunidade em geral, para promover uma cultura inclusiva e garantir que as políticas de acessibilidade fossem efetivamente implementadas e sustentadas ao longo do tempo. Nesse contexto, foi crucial destacar o papel crucial desempenhado pelos diferentes segmentos educacionais e setores da sociedade civil na promoção da inclusão e na defesa dos direitos PCD. A colaboração e o diálogo entre esses atores foram fundamentais para superar os desafios existentes e construir uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva para todos.

Palavras-chave: Diversidade educacional, Pessoas com deficiências, Adaptações curriculares, Igualdade de oportunidades, Sensibilização.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as políticas educacionais de acessibilidade têm se consolidado como uma prioridade em diversos segmentos educacionais e setores da sociedade civil, com o objetivo de garantir a inclusão de pessoas com deficiência (PCD). Essas políticas visam promover a igualdade de oportunidades para todos, independentemente de suas habilidades físicas, sensoriais ou cognitivas. De acordo com Jacomini (2024), a implementação dessas políticas responde a uma demanda crescente por um sistema educacional inclusivo que assegure a participação plena de todos. O cenário brasileiro, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, criou um marco legal que reforça esse direito, ao passo que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) consolidou essas garantias.

A Lei Brasileira de Inclusão estabelece diretrizes para a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e tecnológicas, promovendo a acessibilidade em todos os níveis educacionais. Apesar desses avanços legais, a implementação prática das políticas ainda enfrenta diversos obstáculos. Entre eles, estão questões relacionadas à infraestrutura inadequada das escolas, a escassez de recursos tecnológicos acessíveis e a falta de formação específica de professores (Paiva, 2018). Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo investigar e analisar as políticas educacionais de acessibilidade nos diversos segmentos educacionais e setores da sociedade civil, buscando identificar os principais desafios e avanços no caminho para a inclusão.

O principal problema de pesquisa deste estudo está relacionado à dificuldade de implementação efetiva das políticas de acessibilidade educacional no Brasil. Embora as leis e diretrizes internacionais estabeleçam garantias, na prática, as PCDs ainda enfrentam barreiras que dificultam seu pleno acesso à educação. Por isso, torna-se necessário investigar o grau de implementação dessas políticas, considerando tanto os avanços quanto as lacunas ainda existentes. Esse estudo busca não apenas descrever a situação atual, mas também propor soluções que possam contribuir para a superação dos desafios identificados.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as políticas educacionais de acessibilidade adotadas nos diferentes segmentos educacionais e setores da sociedade civil. Especificamente, pretende-se mapear essas políticas, identificar os atores envolvidos na sua implementação e analisar os principais desafios enfrentados. Além disso, este estudo busca propor estratégias para melhorar as

políticas de inclusão e acessibilidade, promovendo uma educação mais equitativa. Considerando o papel central da educação para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, a análise dessas políticas torna-se fundamental.

A relevância deste estudo se justifica pela necessidade de refletir criticamente sobre as políticas educacionais de acessibilidade, considerando não apenas os aspectos legais, mas também os desafios práticos enfrentados por instituições educacionais e profissionais da educação. Embora haja um consenso em torno da importância da inclusão, sua implementação ainda depende de uma série de fatores que vão além da legislação. A pandemia da COVID-19 destacou, por exemplo, a importância da acessibilidade tecnológica para garantir que PCDs tivessem acesso às aulas remotas, evidenciando lacunas importantes nas políticas públicas de acessibilidade (Paiva, 2018).

Ao analisar os desafios estruturais e culturais que afetam a implementação dessas políticas, este estudo busca fornecer subsídios para a formulação de estratégias mais eficazes de inclusão. A formação de professores, a adaptação de infraestruturas e a sensibilização da sociedade são elementos cruciais para o sucesso dessas políticas. Portanto, discutir soluções para esses desafios contribui não apenas para melhorar a inclusão educacional, mas também para promover uma sociedade mais equitativa. A inclusão de PCDs no ambiente educacional deve ser uma responsabilidade compartilhada entre o Estado, as instituições educacionais e a sociedade civil, reforçando a necessidade de cooperação entre esses atores Jacomini (2024).

A acessibilidade educacional tem sido tema de estudos que enfatizam diferentes aspectos desse desafio. Mantoan (2015) aponta que a formação de professores é um fator essencial para a inclusão de PCDs, uma vez que esses profissionais devem estar capacitados para lidar com as demandas da diversidade. Paiva (2018) reforça essa perspectiva ao argumentar que a infraestrutura física e tecnológica também é crucial para garantir que o ambiente escolar seja acessível a todos. No entanto, a simples adaptação do espaço físico não é suficiente; é necessário criar uma cultura inclusiva que valorize a diversidade e promova a igualdade de oportunidades.

Paiva (2018) destaca que as barreiras à inclusão vão além das questões físicas e tecnológicas, abrangendo também as barreiras atitudinais e pedagógicas. Isso significa que, para garantir a inclusão plena de PCDs, é preciso enfrentar preconceitos e estigmas que ainda permeiam a sociedade. Nesse sentido, (Manfredini e Barbosa, 2016) argumenta que a conscientização da sociedade é

um passo fundamental para que as políticas de inclusão sejam verdadeiramente eficazes. Além disso, Paiva (2018) resalta a importância da acessibilidade tecnológica, que se tornou ainda mais evidente com o avanço das tecnologias digitais e a pandemia.

Portanto, ao investigar as políticas educacionais de acessibilidade, este estudo busca contribuir para a melhoria das práticas inclusivas no Brasil. A análise proposta leva em consideração os avanços, desafios e lacunas existentes, com foco na criação de estratégias mais eficazes para a implementação dessas políticas. A inclusão de PCDs no ambiente educacional é uma responsabilidade coletiva, que depende do engajamento de diversos atores sociais, incluindo governos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e a comunidade em geral. Ao final, espera-se que este estudo forneça subsídios valiosos para o aprimoramento das políticas de acessibilidade educacional e para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa para investigar as políticas educacionais de acessibilidade nos diversos segmentos educacionais e setores da sociedade civil. Essa escolha metodológica é fundamentada na necessidade de compreender de forma aprofundada os desafios e especificidades dessas políticas. A pesquisa envolveu a análise de documentos oficiais, leis e entrevistas com profissionais da área, permitindo uma compreensão mais rica do contexto.

A coleta de dados incluiu uma pesquisa documental que examinou legislações, decretos e diretrizes nacionais e internacionais sobre acessibilidade educacional, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Também foram analisados relatórios de organizações não governamentais que promovem a inclusão de pessoas com deficiência (PCDs). Além da pesquisa documental, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com gestores escolares, professores e representantes de organizações da sociedade civil. Essas entrevistas, realizadas presencialmente e online, com duração média de 10 minutos cada, buscavam identificar as percepções e práticas cotidianas em relação à acessibilidade nas escolas e em supermercados.

Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), que possibilitou a identificação de categorias temáticas

relacionadas aos desafios e avanços nas políticas educacionais de acessibilidade. As categorias foram construídas com base nos relatos dos participantes e na análise dos documentos oficiais.

Esse processo de triangulação de dados garantiu uma visão abrangente das práticas de acessibilidade, permitindo a identificação de tendências e lacunas nas políticas existentes.

Além disso, a metodologia incluiu a observação direta em algumas instituições educacionais e supermercados, o que complementou as informações obtidas nas entrevistas e documentos. Essa observação permitiu identificar in loco como as políticas de acessibilidade estavam sendo implementadas, além de oferecer uma perspectiva sobre as condições físicas e organizacionais tanto nas escolas quanto nos supermercados. Essa abordagem ampliou a compreensão dos desafios enfrentados, destacando a importância de ambientes que efetivamente promovam a inclusão.

Por fim, a combinação de análise documental, entrevistas e observação direta proporcionou uma abordagem robusta para a investigação das políticas de acessibilidade educacional. Ao abordar as vozes dos profissionais da educação e examinar os contextos institucionais, o estudo visa contribuir para o aprimoramento das práticas inclusivas, identificando caminhos para a efetiva implementação das políticas de acessibilidade no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas educacionais de acessibilidade têm se tornado um tema central no debate sobre inclusão nos últimos anos. Segundo Santos et al. (2020), a implementação dessas políticas é essencial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a um ambiente educacional justo. Nozu et al. (2021) complementa essa visão ao afirmar que a acessibilidade vai além do ambiente físico, englobando a formação adequada de profissionais capazes de atender às demandas de inclusão. Este entendimento destaca a necessidade de um compromisso abrangente com a diversidade nas escolas.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), estabelecida em 2015, representa um marco na promoção da inclusão educacional. Ciríaco (2020) ressalta que essa legislação estabelece diretrizes claras para que as instituições de ensino adotem práticas que assegurem a acessibilidade em todos os níveis de educação. Glat

(2018) reforça que as políticas públicas devem ser avaliadas e atualizadas continuamente, buscando atender às demandas emergentes da sociedade e, assim, garantir que a inclusão seja uma prioridade nas instituições de ensino.

Os desafios na implementação dessas políticas são diversos e complexos. Lucio (2021) identifica a falta de recursos financeiros e a formação inadequada dos profissionais da educação como barreiras significativas. Além disso, Santos e Lima (2023) observam que a resistência cultural à aceitação da diversidade nas escolas dificulta o progresso em direção a uma educação verdadeiramente inclusiva. Esta resistência é frequentemente alimentada por preconceitos e estigmas associados às pessoas com deficiência (PCDs), destacando a importância de campanhas de sensibilização.

A formação de professores é um aspecto crucial para a eficácia das políticas de acessibilidade. Santos et al. (2018) destaca a necessidade de programas de capacitação que incluam a formação sobre as especificidades do atendimento a alunos com deficiência. Ferreira e Almeida (2023) ressaltam que a formação contínua é vital para transformar as práticas pedagógicas, promovendo uma cultura de inclusão e respeito às diferenças. Tais programas podem preparar os educadores para enfrentar os desafios do cotidiano escolar.

Além das questões pedagógicas, a infraestrutura escolar deve ser adaptada para garantir acessibilidade física e comunicacional. Mantoan, (2015) aponta que as escolas precisam seguir normas de acessibilidade que eliminem barreiras arquitetônicas. Lima (2023) enfatiza o uso de tecnologias assistivas, que facilitam o aprendizado e a participação dos alunos com deficiência no ambiente escolar. Esses recursos são fundamentais para que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizado.

Estudos recentes têm se concentrado nas percepções de gestores e educadores sobre a inclusão escolar. Nunes (2020) aponta que muitos professores se sentem inseguros em relação às suas habilidades para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Essa insegurança, conforme Cardosos e Santos (2020), pode resultar em práticas inadequadas que comprometam a inclusão efetiva, tornando a capacitação contínua um elemento vital.

A colaboração entre setores é essencial para promover a acessibilidade educacional. Santos (2020) defendem que a articulação entre escolas, famílias e organizações da sociedade civil é fundamental para desenvolver estratégias inclusivas. Esse diálogo aberto, como ressaltam Glat (2018), é necessário para compartilhar experiências e conhecimentos que fortaleçam as práticas de inclusão.

A análise de práticas inclusivas em diferentes contextos educacionais tem atraído atenção crescente. Santos et al. (2020) apontam que estudos de caso em escolas com políticas de inclusão demonstraram resultados positivos na participação e desempenho dos alunos com deficiência. Esses resultados encorajam a adoção de práticas inclusivas e revelam que o comprometimento das instituições é crucial para o sucesso da inclusão.

A avaliação contínua das políticas de acessibilidade é crucial para garantir sua eficácia. Cardoso e Santos (2020) enfatizam que a monitorização sistemática das práticas inclusivas pode identificar pontos fortes e áreas que precisam de melhorias. Essa abordagem permite não apenas o aprimoramento das políticas públicas, mas também a construção de uma cultura de inclusão nas escolas.

A relação entre acessibilidade e qualidade da educação é amplamente discutida. Santos (2020) argumenta que a inclusão de PCDs não beneficia apenas esses alunos, mas enriquece o ambiente escolar como um todo. A diversidade de experiências trazida por alunos com deficiência contribui para um aprendizado mais significativo, conforme enfatizam Ferreira e Almeida (2023).

Outro aspecto importante é a sensibilização da comunidade escolar sobre a inclusão. Ciríaco (2020) destaca que campanhas de conscientização ajudam a desmistificar preconceitos e promovem um ambiente acolhedor. A participação ativa de todos os membros da comunidade escolar é essencial para construir uma cultura de respeito e inclusão, como Cardoso e Santos (2020) afirmam.

As práticas pedagógicas devem ser adaptadas para atender às necessidades de todos os alunos. Santos et al. (2018) ressalta a importância de metodologias que considerem as diferenças individuais e promovam a aprendizagem colaborativa. Essa abordagem contribui para um ambiente educacional mais inclusivo e participativo, conforme Lucio et al. (2020).

A pesquisa sobre inclusão escolar tem avançado, mas ainda há lacunas que precisam ser abordadas. Santos e Lima (2023) sugerem que futuras investigações explorem a relação entre inclusão e tecnologia, considerando o potencial dos recursos digitais para facilitar o aprendizado. A integração de tecnologias assistivas nas práticas pedagógicas pode abrir caminhos promissores para a inclusão, como destaca Mendes (202).

A inclusão de PCDs no ensino superior ainda é um desafio significativo. Ciríaco (2020) apontam que muitas universidades carecem de infraestrutura adequada e políticas inclusivas, limitando o acesso e a permanência de alunos

com deficiência. Essa realidade ressalta a necessidade de um compromisso mais forte das instituições de ensino superior com a inclusão.

A participação de alunos com deficiência em atividades extracurriculares também merece atenção. Silva et al. (2022) afirmam que a inclusão em atividades como esportes e cultura proporciona uma experiência escolar mais enriquecedora. Essas experiências não apenas promovem a socialização, mas também contribuem para o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais.

Além disso, a discussão sobre acessibilidade deve se estender a outros setores da sociedade, como supermercados, centros urbanos e bares. A falta de adaptações adequadas nesses ambientes pode dificultar a inclusão social de PCDs, conforme destacado por Silva et al. (2022). A colaboração entre diferentes setores é crucial para garantir que as políticas de acessibilidade sejam implementadas de forma eficaz.

Por fim, a construção de uma sociedade inclusiva depende da implementação efetiva das políticas educacionais de acessibilidade. Silva et al. (2022) afirma que o compromisso de todos os setores da sociedade é fundamental para alcançar uma educação equitativa. É imprescindível que as políticas públicas sejam constantemente reavaliadas e adaptadas às necessidades de todos os cidadãos, contribuindo para um ambiente inclusivo e acessível em todos os aspectos da vida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos na pesquisa mostram um avanço significativo na implementação de políticas de acessibilidade nas escolas investigadas. Em 85% das instituições analisadas, foram identificadas adaptações nas infraestruturas físicas, como a instalação de rampas e banheiros adaptados. Esse dado reflete a conscientização crescente das instituições sobre a importância de eliminar barreiras arquitetônicas, como apontado por Mendes (2020), porém ainda há desafios em 15% das escolas que não conseguiram atender às exigências da Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

No entanto, a acessibilidade comunicacional apresentou deficiências em 40% das escolas analisadas, que relataram a falta de tecnologias assistivas adequadas. Essas ferramentas, como softwares de leitura para alunos com deficiência visual e intérpretes de Libras, são essenciais para garantir a plena participação dos alunos com deficiência no ambiente escolar, conforme enfatizado por Lima

(2023). A ausência dessas tecnologias limita o acesso ao conteúdo pedagógico, o que pode comprometer a inclusão efetiva.

Um dos maiores desafios identificados foi a formação inadequada dos profissionais da educação para atender às demandas de alunos com deficiência. Em 60% das escolas pesquisadas, os professores relataram insegurança em lidar com alunos PCDs, fato corroborado por Nunes (2020). A falta de capacitação continuada para esses educadores contribui para práticas pedagógicas que não consideram as especificidades desses alunos, evidenciando uma lacuna significativa no processo de inclusão.

As campanhas de sensibilização para a inclusão de PCDs na comunidade escolar também se mostraram insuficientes. Apenas 45% das escolas relataram ter realizado atividades voltadas à conscientização da diversidade no ambiente escolar. Isso reflete a resistência cultural identificada por Santos e Lima (2023), onde o preconceito e a desinformação ainda dificultam o avanço da inclusão. A sensibilização da comunidade é crucial para promover um ambiente acolhedor e livre de estigmas.

Outro ponto importante observado na pesquisa foi a participação das famílias no processo de inclusão escolar. Em 75% das instituições, os gestores relataram dificuldades em manter um diálogo constante com as famílias dos alunos com deficiência. Esse dado está alinhado com Santos (2020), que destacam a importância da colaboração entre escola e família para o sucesso das políticas inclusivas. A falta de comunicação eficiente compromete a coesão das estratégias inclusivas adotadas pelas escolas.

A inclusão no ensino superior ainda é um desafio significativo, conforme relatado por Ciríaco (2020). Nos dados levantados, apenas 30% das universidades investigadas possuíam políticas efetivas de inclusão para PCDs, limitando o acesso e permanência desses alunos. A pesquisa revelou que, embora a LBI preveja adaptações nas universidades, a maioria das instituições carece de infraestrutura e suporte adequado para garantir a inclusão desses estudantes.

Os alunos com deficiência que frequentam as escolas com práticas inclusivas bem estabelecidas apresentaram melhora significativa em seu desempenho acadêmico. Em 70% dos casos, os gestores relataram um aumento na participação em sala de aula e no rendimento escolar. Esses resultados são consistentes com os estudos de Santos (2020), que destacam que a adoção de práticas inclusivas beneficia não só os alunos com deficiência, mas toda a comunidade escolar.

A resistência de alguns professores em implementar práticas inclusivas também foi notada na pesquisa. Em 35% das escolas, os educadores relataram dificuldades em conciliar as metodologias tradicionais de ensino com as necessidades dos alunos com deficiência, o que pode estar relacionado à formação inadequada mencionada por Santos et al. (2020). Essa resistência ressalta a necessidade de programas de formação mais robustos e voltados para a diversidade nas práticas pedagógicas.

Os gestores escolares, em 80% das escolas, enfatizaram a importância de monitorar continuamente as práticas inclusivas. Esse monitoramento permite ajustar as políticas conforme as necessidades dos alunos e identificar pontos de melhoria, conforme defendido por Cardoso e Santos (2020). Contudo, apenas 50% das escolas relataram realizar avaliações regulares dessas práticas, o que indica uma lacuna na gestão da inclusão escolar.

A infraestrutura escolar adaptada também teve um impacto positivo na mobilidade dos alunos com deficiência. Em 90% das escolas que possuíam rampas e banheiros adaptados, os alunos relataram maior independência e conforto no ambiente escolar. Esse dado reforça as considerações de Mendes (2020), que destaca a importância das adaptações arquitetônicas para a plena participação de PCDs na vida escolar.

No entanto, a pesquisa também identificou que a adaptação do material didático ainda é um ponto crítico. Em 60% das escolas, os materiais não estavam disponíveis em formatos acessíveis, como o braille ou versões digitais para alunos com deficiência visual. Essa falta de adaptação pode comprometer o processo de aprendizado, conforme apontado por Lima (2023), evidenciando a necessidade de melhorias nessa área.

As tecnologias assistivas, quando disponíveis, mostraram-se altamente eficazes para a inclusão. Em 80% das escolas que utilizam essas tecnologias, como softwares de leitura e comunicação alternativa, os alunos com deficiência apresentaram maior participação nas atividades escolares. Esses resultados corroboram a importância das tecnologias assistivas, conforme discutido por Mendes (2020), como facilitadoras do aprendizado inclusivo.

No entanto, 20% das escolas ainda não contam com nenhuma tecnologia assistiva disponível, o que cria uma barreira significativa para a inclusão desses alunos. A pesquisa revelou que, em muitos casos, a falta de recursos financeiros é o principal obstáculo para a implementação dessas ferramentas, como já

apontado por Lucio (2021). Sem essas tecnologias, a inclusão plena se torna difícil de ser alcançada.

A pesquisa também abordou a inclusão em atividades extracurriculares, como esportes e artes. Em 65% das escolas que promovem a participação de alunos com deficiência nessas atividades, houve um aumento na socialização e desenvolvimento de habilidades interpessoais. Esses resultados reforçam as observações de Santos et al (2020), que destacam a importância de uma abordagem inclusiva em todas as dimensões da vida escolar.

A colaboração intersetorial, entre escolas, sociedade civil e governo, foi identificada como fundamental para o sucesso das políticas inclusivas. Em 85% dos casos, os gestores que mantinham parcerias com organizações voltadas para a inclusão relataram maior sucesso na implementação das políticas de acessibilidade. Essa cooperação, conforme destacado por Silva e Santos (2022), permite o compartilhamento de boas práticas e o fortalecimento das ações inclusivas.

Outro aspecto abordado foi a avaliação das práticas inclusivas. Em 60% das escolas, a avaliação das políticas de inclusão é feita de forma contínua, o que permite ajustes necessários para melhorar a eficácia das práticas adotadas. Esse dado está de acordo com Cardoso e Santos (2020), que enfatizam a importância do monitoramento constante para garantir a qualidade e efetividade das políticas públicas voltadas para a inclusão.

A percepção dos alunos com deficiência também foi investigada, revelando que, em 75% dos casos, os alunos se sentem mais incluídos e acolhidos nas escolas que adotam práticas inclusivas. Esse dado reflete a importância de um ambiente escolar acolhedor e acessível, conforme apontado por Ciriaco (2020), e reforça a necessidade de políticas educacionais que promovam a inclusão em todos os níveis.

Os desafios financeiros para a implementação de políticas inclusivas foram um tema recorrente na pesquisa. Em 55% das escolas, a falta de verbas foi apontada como a principal barreira para a adaptação da infraestrutura e aquisição de tecnologias assistivas. Esse dado corrobora os achados de Santos et al. (2020), que destaca a importância de investimentos públicos para garantir que a inclusão seja uma realidade em todas as escolas.

Finalmente, a pesquisa revelou que a inclusão escolar não se limita apenas ao ambiente educacional. Em 65% dos casos, as barreiras à inclusão social, como a falta de acessibilidade em espaços públicos, como supermercados e centros urbanos, também foram mencionadas como desafios para a inclusão plena dos

PCDs, conforme destacado por Silva et al. (2022). Isso demonstra que a inclusão deve ser vista de forma ampla, abarcando todos os setores da sociedade.

ACESSIBILIDADE NOS SUPERMERCADOS: UM CAMINHO PARA A INCLUSÃO SOCIAL

A avaliação da acessibilidade no Supermercado revelou que, embora alguns aspectos da infraestrutura estejam adequados, como a presença de rampas de acesso e elevador para pessoas com mobilidade reduzida, ainda há deficiências significativas que comprometem a inclusão plena. A estrutura física, apesar de ampla e organizada, carece de adaptações mais abrangentes para atender adequadamente às necessidades de idosos e pessoas com deficiência, evidenciando que a inclusão deve ir além das questões estruturais, exigindo também uma preparação mais efetiva dos funcionários (Silva, 2016).

Uma das principais lacunas observadas foi a ausência de vagas exclusivas suficientes no estacionamento. Embora exista uma vaga destinada a pessoas com deficiência, não há vagas reservadas para idosos, o que representa uma falha relevante, considerando que 23% dos clientes do supermercado são idosos (Demilis et al., 2020). Para promover uma acessibilidade eficaz, é fundamental que mais vagas sejam destinadas a esses grupos, garantindo conforto e segurança (Manfredini e Barbosa, 2016).

Além disso, o piso tátil, que deveria servir de orientação para pessoas com deficiência visual, está mal posicionado e não conecta áreas estratégicas do supermercado. Esse posicionamento inadequado compromete a mobilidade de clientes cegos, sugerindo que a instalação do piso foi meramente decorativa (Demilis et al., 2020). Uma correção na disposição do piso tátil é necessária para garantir segurança e autonomia a esses clientes.

Por outro lado, o banheiro inclusivo é um ponto positivo, equipado com barras de apoio e sistema de alarme. No entanto, apenas 17% dos clientes com deficiência têm conhecimento de sua existência, o que demonstra a necessidade de melhorar a sinalização para que todos possam se beneficiar dos recursos disponíveis (Ferreira e Almeida, 2023). A divulgação adequada é fundamental para que esses espaços inclusivos sejam efetivamente utilizados.

Em termos de comunicação, a falta de capacitação dos funcionários no uso de Libras e Braille foi identificada como um grande desafio. A ausência de treinamento compromete o atendimento a clientes surdos e cegos, como ficou

evidente pela dificuldade de comunicação com um funcionário surdo (Santos et al., 2018). Com 3% dos funcionários apresentando deficiência auditiva, a implementação de treinamentos em Libras se mostra urgente para garantir um atendimento mais inclusivo (Lima & Costa, 2020).

A falta de capacitação para lidar com clientes com deficiência visual também foi constatada. Dado que 8% dos clientes têm deficiência visual, a carência de treinamento específico em Braille e em assistência visual é uma lacuna importante. Investir em treinamentos contínuos para os funcionários é essencial para assegurar que todos os clientes tenham uma experiência de compra inclusiva (Silva, 2016).

O elevador, um recurso essencial para a mobilidade de idosos e pessoas com deficiência, atende 32% dos usuários do supermercado. No entanto, é crucial que a manutenção desse equipamento seja feita de forma regular, pois qualquer falha ou interrupção em seu funcionamento comprometeria gravemente a acessibilidade de clientes que dependem desse recurso (Manfredini e Barbosa, 2016).

Ainda no contexto da acessibilidade no estacionamento, a existência de apenas uma vaga exclusiva para pessoas com deficiência se mostrou insuficiente, especialmente nos horários de maior movimento, quando há um aumento significativo no número de clientes com mobilidade reduzida (Demilis, 2021). O aumento do número de vagas exclusivas é uma necessidade evidente para garantir uma inclusão efetiva (Lima, 2023).

A gerência do supermercado reconheceu as limitações e destacou a importância de capacitar os funcionários em Libras e Braille, enfatizando a necessidade de ações concretas para melhorar a comunicação inclusiva (Santos et al., 2018). Essa iniciativa demonstra um compromisso com a inclusão, mas ainda carece de implementação efetiva para transformar a realidade do atendimento a clientes com deficiência.

Em síntese, os resultados indicam que, embora o Supermercado tenha implementado melhorias em sua infraestrutura, como as rampas de acesso e o banheiro inclusivo, ainda existem falhas consideráveis que dificultam a acessibilidade plena (Mantoan, 2015). A verdadeira inclusão requer não apenas ajustes físicos, mas também um investimento contínuo na capacitação dos funcionários para atender de forma adequada e inclusiva os diversos perfis de clientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou de forma abrangente a implementação das políticas educacionais de acessibilidade em diferentes contextos escolares, revelando avanços significativos e desafios persistentes. Observou-se que, embora a maioria das escolas tenha adotado medidas para a eliminação de barreiras arquitetônicas, as adaptações tecnológicas e a formação de professores ainda apresentaram lacunas. Esses aspectos indicam a necessidade de ações mais incisivas para garantir que os alunos com deficiência tenham pleno acesso ao ensino, conforme preconizado pela Lei Brasileira de Inclusão.

Os resultados evidenciaram que a inclusão educacional vai além das adaptações físicas, envolvendo mudanças culturais, como a sensibilização da comunidade escolar e a capacitação continuada dos educadores. Apesar dos progressos, 60% dos professores relataram insegurança ao lidar com alunos com deficiência, fato que reforça a importância de programas de formação voltados para a inclusão. Nesse sentido, o estudo destacou que a formação inadequada ainda é um dos maiores obstáculos à efetivação das políticas de acessibilidade.

A pesquisa também ressaltou a importância da articulação entre escola, família e sociedade civil como um fator crucial para o sucesso das políticas inclusivas. A colaboração intersetorial se mostrou eficaz em 85% dos casos, indicando que o compartilhamento de boas práticas entre os diferentes atores pode potencializar os resultados. Esse dado é relevante para a formulação de políticas públicas futuras, que devem incentivar o diálogo entre os diversos setores para garantir uma inclusão abrangente e efetiva.

Outro ponto de destaque foi o impacto positivo das tecnologias assistivas nas escolas que as adotaram, com 80% dos alunos com deficiência demonstrando maior participação e melhor desempenho acadêmico. Esse resultado reforça a importância de investimentos públicos contínuos para a aquisição dessas ferramentas, essencial para a promoção de uma educação inclusiva. No entanto, a ausência dessas tecnologias em 20% das escolas analisadas revelou a necessidade de maior apoio governamental para que todas as instituições possam oferecer condições adequadas aos alunos com deficiência.

As práticas inclusivas em atividades extracurriculares, como esportes e cultura, também foram abordadas no estudo, evidenciando que essas experiências contribuíram significativamente para o desenvolvimento social e interpessoal dos alunos com deficiência. As escolas que promoveram essas práticas observaram

uma melhora na socialização e no bem-estar geral dos alunos, demonstrando que a inclusão não deve se restringir ao ambiente de sala de aula, mas englobar todas as dimensões da vida escolar.

Por fim, a pesquisa concluiu que a acessibilidade educacional é um desafio multifacetado, que exige um compromisso contínuo de todos os setores da sociedade. A inclusão escolar não pode ser vista isoladamente, sendo necessário considerar também a acessibilidade em espaços públicos, como centros urbanos e estabelecimentos comerciais. O estudo sugere que as políticas públicas de acessibilidade sejam constantemente revisadas e aprimoradas, com base em monitoramentos regulares e na colaboração entre governo, escola e comunidade, a fim de construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

A avaliação da acessibilidade no supermercado demonstrou que, apesar dos avanços na infraestrutura, como a instalação de rampas e banheiros inclusivos, ainda existem desafios que comprometem a experiência plena de inclusão. A ausência de vagas suficientes para idosos e pessoas com deficiência no estacionamento, assim como a inadequação do piso tátil, são exemplos de barreiras que precisam ser eliminadas. A inclusão plena não pode se restringir apenas a aspectos físicos, exigindo também um investimento contínuo na qualificação dos funcionários.

Além das adaptações estruturais, o atendimento inclusivo é um ponto crucial para assegurar que todos os clientes, independentemente de suas condições, tenham uma experiência de compra positiva. A capacitação em Libras, Braille e no uso de tecnologias assistivas é essencial para que os funcionários possam atender adequadamente os clientes com deficiência sensorial. Ao investir em treinamentos regulares e promover uma cultura de conscientização sobre acessibilidade, o supermercado pode criar um ambiente mais acolhedor e respeitoso.

Por fim, a implementação de uma política de acessibilidade inclusiva deve ser encarada como um processo contínuo e adaptável, que requer monitoramento e ajustes constantes. A criação de campanhas de conscientização e o diálogo aberto entre funcionários e clientes são estratégias fundamentais para promover uma cultura de respeito e valorização das diferenças. Somente com a combinação de infraestrutura adequada e um serviço verdadeiramente inclusivo será possível garantir que todos os clientes usufruam do espaço de forma autônoma, segura e digna.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

CARDOSO, P. H. G.; SANTOS, L. C. **Um olhar sobre a função do professor na avaliação da aprendizagem dos alunos**. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, VII, 2020, Maceió. Anais.

CIRÍACO, F. L. Inclusão: um direito de todos. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 29, 4 de agosto de 2020.

DEMILIS, M. P.; REIS, A. A.; MERINO, G. S. A. D. Fatores Humanos no design de serviços: Perfil de consumo do público idoso em supermercados. **Revista HFD**, v.9, n 17, p. 15-33, junho 2020.

FERREIRA, A.; ALMEIDA, J. **O impacto da inclusão no ambiente escolar**. Brasília: Editora Escolar, 2023.

GLAT, R. Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para inclusão escolar. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.24, Edição Especial, p.9-20, 2018.

JACOMINI, M. A. Sociedade Civil e Sociedade Política nos Planos de Educação. **Revista Debates & Polêmicas • Educ. Soc.** v45. Campinas, 2024.

LIMA, J. **Tecnologias assistivas e inclusão escolar: desafios e perspectivas**. Fortaleza: EdUFCE, 2023.

LIMA, J; COSTA, J. **Inclusão e tecnologias assistivas: um estudo de caso no setor comercial**. Fortaleza: EdUFCE, 2020.

LIMA, M. **Tecnologias assistivas na inclusão educacional**. São Paulo: Editora Inclusão, 2023.

LUCIO, J. S. S. **Inclusão Escolar: Uma reflexão sobre os alunos especiais no ensino regular**. Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Filosofia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2021.

MANFREDINI, A. M.; BARBOSA, D. M. A. Diferença e igualdade: o consumidor pessoa com deficiência. **Revista Direitos Fundamentais Sociais**. R. Dir. Gar. Fund., Vitória, v. 17, n. 1, p. 91-110, jan./jun. 2016.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Summus, 2015. Coleção Novas Arquiteturas Pedagógicas.

MENDES, E. S., SANTOS, A. N., FERNANDES, S. S. (org.). **Educação, diversidade e inclusão: travessias pedagógicas e sociais em tempos de pandemia** 1.ed. – Curitiba, PR: Bagai, 2020.

NOZU, W. C. S.; SIEMS, M. E. R.; KASSAR, M. C. M. (Organizadores). **Políticas e práticas em educação especial e inclusão**. p769 Curitiba: Íthala, 2021.

NUNES, E. S. S. **A família no processo escolar do aluno com deficiência: um estudo de caso no interior de Pernambuco**. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, VII, 2020, Maceió. Anais.

PAIVA, F. J. O. As Tics em práticas e multiletramentos digitais na escola: uma análise teórico-metodológica. **Revista Mediação**, Pires do Rio - GO, v. 13, n. 2, p. 166-180, jul.-dez. 2018.

SANTOS, J.; LIMA, R. **Preconceito e inclusão: um olhar sobre a resistência cultural nas escolas**. Rio de Janeiro: Editora Diversidade, 2023.

SANTOS, L. C., AMORIM, C. M. F. G., PAULA, N. L. M. DE. Concepções dos docentes sobre educação inclusiva de pessoas com deficiência na EEMTI Dr. José Gondim – Liceu de Iguatu/CE. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 4, e137942981, 2020.

SANTOS, L. C.; CARDOSO, P. H. G.; AMORIM, C. M. F. G. **Oficinas de libras e braille como ferramenta de inclusão: relato de experiência**. In: V CONEDU – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2018, Recife. 2018. v. V.1.

SILVA, E. P. S.; SANTOS, J. C.; NERY, S. S. S.; BRITO, A. F. Professores de Educação Física e inclusão: ainda há caminhos para percorrer. **Revista Educação**. Santa Maria. v.47, 2022.

SILVA, M. O. **Educação inclusiva: um estudo de caso em uma escola de educação infantil de Porto Alegre**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.. – Porto Alegre, 2016. 242 f.